

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1. TRIBUTO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES</b> .....	<b>25</b>
1. Receitas originárias e receitas derivadas .....	25
2. O conceito constitucional de tributo .....	27
3. Análise do conceito do art. 3º do CTN .....	27
3.1 Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir ...	28
3.2 Que não constitua sanção de ato ilícito .....	29
3.3 Instituída em Lei .....	32
3.4 Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada .....	32
3.4.1 A privatização da Administração Tributária .....	33
3.4.2 Constituição de Crédito Tributário na Justiça do Trabalho .....	34
4. O artigo 4º do CTN .....	35
5. Classificações dos tributos .....	36
5.1 Tributos federais, estaduais, distritais e municipais .....	36
5.2 Tributos fiscais, extrafiscais e parafiscais .....	38
5.3 Tributos reais e pessoais .....	39
5.4 Tributos diretos e indiretos .....	40
6. QUADRO SINÓTICO .....	41
7. Súmulas aplicáveis .....	43
7.1 STJ .....	43
8. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	44
9. QUESTÃO COMENTADA .....	45
<b>CAPÍTULO 2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS</b> .....	<b>47</b>
1. Impostos .....	47
2. Taxas .....	50
2.1 A base de cálculo das taxas .....	51
2.2 Taxa de polícia .....	54
2.3 Taxas de serviço .....	54
2.4 Taxa e preço público .....	56
3. Contribuição de melhoria .....	57
4. Empréstimo compulsório .....	60
5. Contribuições .....	61
5.1 Características e Destinação da Arrecadação .....	61
5.2 Contribuições e lei complementar .....	65
5.3 Categorias .....	66
5.3.1 Contribuições sociais .....	67
5.3.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDEs .....	69
5.3.3 Contribuições no interesse de categorias profissionais e econômicas .....	73

5.3.3.1	Contribuição sindical e contribuição confederativa .....	73
5.3.3.2	Conselhos profissionais e OAB .....	75
5.4	Normas comuns às contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico .....	78
5.5	Parafiscalidade .....	80
5.6	Jurisprudência do STF sobre as contribuições .....	80
5.6.1	Contribuição para o FGTS .....	81
5.6.2	Exaurimento das finalidades .....	83
5.6.3	PIS e COFINS sobre receitas e as instituições financeiras .....	84
5.6.4	Contribuições sobre atos cooperativos .....	87
5.6.5	Inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições sobre o faturamento (PIS e COFINS) .....	90
6.	Contribuição social de iluminação pública - COSIP .....	93
7.	QUADRO SINÓTICO .....	94
8.	Súmulas aplicáveis .....	105
8.1	STF .....	105
8.2	STJ .....	105
8.3	CARF .....	106
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	106
<b>CAPÍTULO 3. LEI COMPLEMENTAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA .....</b>		<b>111</b>
1.	Introdução .....	111
2.	Inexistência de hierarquia entre lei complementar e lei ordinária .....	111
3.	Tributos instituídos por lei complementar .....	113
4.	Análise do art. 146 da CF .....	113
4.1	Teorias dicotômica e tricotômica .....	114
4.2	O <i>status</i> de lei complementar do Código Tributário Nacional .....	114
4.3	Conflitos de competência em matéria tributária .....	115
4.4	Regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar .....	118
4.5	Normas gerais em matéria tributária .....	118
5.	QUADRO SINÓTICO .....	121
6.	Súmulas aplicáveis .....	123
6.1	STJ .....	123
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	123
8.	QUESTÃO PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS) .....	125
<b>CAPÍTULO 4. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>		<b>127</b>
1.	Princípio da legalidade .....	127
1.1	Surgimento e previsão no direito brasileiro .....	127
1.2	A rejeição da “legalidade cerrada/tipicidade fechada” pela jurisprudência do STF .....	131
1.2.1	A complementação do aspecto quantitativo por ato infralegal .....	131
1.2.2	As expressões abertas na atribuição de competências tributárias, os conceitos da Economia no Direito Tributário e o anacronismo da legalidade fechada .....	135
1.3	Matérias não sujeitas à reserva da lei tributária .....	141
1.3.1	Fixação do prazo de pagamento do tributo .....	141
1.3.2	Atualização monetária .....	142
1.3.3	Obrigações acessórias .....	143

1.3.4	Exceções ou mitigações ao princípio da legalidade .....	144
1.4	Princípio da legalidade e medidas provisórias em matéria tributária .....	147
1.5	Princípio da exigência de lei específica para a renúncia de receitas tributárias .....	148
2.	Princípio da isonomia .....	151
3.	Princípios da irretroatividade e da anterioridade – Segurança jurídica .....	157
3.1	Princípio da irretroatividade .....	158
3.1.1	Irretroatividade e tributos de apuração anual - ascensão e queda da súmula 584 do STF .....	159
3.2.	Princípio da anterioridade anual .....	162
3.2.1	Revogação de isenções e anterioridade .....	164
3.2.2	Exceções ao princípio da anterioridade anual .....	166
3.3	Anterioridade nonagesimal (noventena) .....	168
3.4	Anterioridade e medida provisória .....	171
4.	Princípio do não confisco .....	173
5.	Princípio da liberdade de tráfego .....	176
6.	Vedações à União e não discriminação em razão da procedência ou destino .....	178
6.1	Uniformidade geográfica e não discriminação em razão da procedência ou destino ....	178
6.2	Vedação às isenções heterônomas .....	180
6.3	Vedação da tributação discriminatória da renda .....	183
7.	Direitos individuais em matéria tributária .....	184
7.1	Sigilo bancário .....	184
7.2	Sanções políticas .....	186
7.2.1	A apreensão de mercadorias importadas pelo não recolhimento de tributos .....	188
7.2.2	Hipóteses não caracterizadas como sanção política .....	189
7.3	Direito de petição em matéria tributária .....	193
7.4	Ações judiciais em matéria tributária e a inafastabilidade do controle jurisdicional ....	194
8.	QUADRO SINÓTICO .....	197
9.	SÚMULAS APLICÁVEIS .....	207
9.1	STF .....	207
9.2	STJ .....	208
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	208

## **CAPÍTULO 5. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS ..... 213**

1.	Competência tributária .....	213
1.1	Definição .....	213
1.2	Características da competência tributária .....	214
1.3	Competência tributária e repartição de receitas .....	218
1.4	Bitributação e <i>Bis in idem</i> .....	219
1.5	Interpretação das Competências Tributárias .....	221
2.	Imunidades tributárias .....	225
2.1	As Imunidades e as Competências Tributárias .....	225
2.2	Conceito .....	225
2.3	Imunidades e isenções .....	227
2.4	Classificação .....	229
2.5	Imunidade recíproca .....	232
2.5.1	Fundamento .....	232
2.5.2	“Patrimônio, renda ou serviços” .....	233

2.5.3	Imunidade recíproca e impostos indiretos .....	234
2.5.3	Imunidade recíproca extensiva .....	235
2.5.3.1	Finalidades essenciais .....	235
2.5.3.2	O caso “ <i>sui generis</i> ” da OAB .....	236
2.5.3.3	Exploração de atividade econômica e as empresas públicas e sociedades de economia mista .....	237
2.6	Imunidade dos templos de qualquer culto .....	243
2.6.1	Fundamento .....	244
2.6.2	Abrangência .....	244
2.6.3	Finalidades essenciais .....	244
2.7	Imunidade das entidades do art. 150, VI, ‘c’ – partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos .....	245
2.7.1	Partidos políticos e entidades sindicais dos trabalhadores .....	245
2.7.2	Instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos .....	246
2.7.2.1	Finalidades essenciais e a ausência de fins lucrativos .....	247
2.7.2.2	Impostos indiretos .....	250
2.7.2.3	Requisitos da lei .....	251
2.8	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão ..	257
2.8.1	Fundamento e abrangência .....	257
2.8.2	Hipóteses não abarcadas pela imunidade .....	261
2.9	Imunidade de fonogramas e videogramas musicias .....	262
2.9.1	Fundamento e abrangência .....	263
2.9.2	Diálogo com acordos internacionais .....	264
2.10	Imunidades específicas .....	265
2.10.1	Imunidades específicas de impostos .....	265
2.10.1.1	Imunidades relativas aos impostos incidentes nas exportações – IPI e ICMS .....	265
2.10.1.2	Imunidade das pequenas glebas rurais .....	268
2.10.1.3	Imunidade do ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial .....	269
2.10.1.4	Imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país .....	269
2.10.1.5	Imunidade das prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita .....	270
2.10.1.6	Imunidade sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica .....	271
2.10.1.7	Imunidade sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, bem como sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica .....	272
2.10.1.8	Imunidade das operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária .....	274
2.10.2	Imunidades de taxas .....	274
2.10.3	Imunidades de contribuições .....	276

2.10.3.1	Imunidade da contribuição social do trabalhador e outros segurados sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social .....	276
2.10.3.2	Imunidade das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre as receitas decorrentes de exportação ...	276
2.10.3.3	Imunidade de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei .....	280
3.	QUADRO SINÓTICO .....	288
4.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS .....	304
5.	QUESTÃO PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS) .....	306
<b>CAPÍTULO 6. IMPOSTOS FEDERAIS .....</b>		<b>307</b>
1.	Impostos federais .....	307
1.1	Imposto de importação .....	308
1.1.1	Fato gerador .....	308
1.1.5	Imposto de importação e sanção Política .....	314
1.2	Imposto de Exportação .....	315
1.2.1	Fato gerador .....	316
1.2.2	Contribuinte .....	317
1.2.3	Base de cálculo .....	318
1.3	Imposto sobre a renda .....	318
1.3.1	O conceito de renda .....	319
1.3.2	Fato gerador .....	321
1.3.3	Contribuinte .....	325
1.3.4	Base de cálculo .....	326
1.3.5	Imposto de renda e indenizações .....	327
1.3.6	Tributação internacional da renda .....	329
1.3.6.1	A tributação em bases universais e as empresas controladas e coligadas no exterior .....	329
1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados .....	335
1.4.1	Fato gerador .....	336
1.4.2	Contribuinte .....	339
1.4.3	Base de cálculo e alíquotas .....	340
1.4.4	A não cumulatividade do IPI .....	341
1.5	Imposto sobre “operações financeiras” .....	348
1.5.1	Fato Gerador .....	349
1.5.2	Contribuinte .....	352
1.5.3	Base de cálculo .....	353
1.5.4	IOF sobre o ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial .....	354
1.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural .....	354
1.6.1	Fato Gerador .....	355
1.6.2	Contribuinte .....	357
1.6.3	Base de cálculo .....	358
1.6.4	Imunidade das pequenas glebas rurais .....	360
1.6.5	Fiscalização e cobrança do ITR pelos Municípios .....	361
1.7	Imposto sobre Grandes Fortunas .....	362

1.8	Impostos Extraordinários de Guerra .....	362
2.	QUADRO SINÓTICO .....	363
3.	Súmulas aplicáveis .....	371
3.1	STF .....	371
3.2	STJ .....	372
4.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	372
5.	QUESTÃO DISCURSIVA (COM COMENTÁRIOS) .....	376
6.	QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS) .....	376
<b>CAPÍTULO 7. IMPOSTOS ESTADUAIS .....</b>		<b>379</b>
1.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação .....	381
1.1	Fato gerador .....	382
1.2	Contribuintes .....	383
1.3	Base de cálculo .....	383
2.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS .....	384
2.1	Fato gerador .....	384
2.1.1	Operações de circulação de mercadorias .....	384
2.1.2	Prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal .....	388
2.1.3	Prestação de serviços de comunicação .....	389
2.2	Contribuinte .....	389
2.3	Base de cálculo .....	390
2.4	ICMS na importação .....	392
2.5	ICMS e operações de arrendamento mercantil .....	396
2.6	A não cumulatividade do ICMS .....	399
2.7	Fornecimento de mercadorias em conjunto com a prestação de serviços .....	402
2.8	ICMS nas operações interestaduais .....	403
2.9	Convênios do CONFAZ e os benefícios fiscais do ICMS .....	406
2.10	Imunidades do ICMS .....	407
2.11	ICMS e substituição tributária progressiva .....	413
2.12	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor .....	416
2.12.1	Fato gerador .....	416
2.12.2	Contribuintes .....	418
2.12.3	Base de cálculo .....	419
3.	QUADRO SINÓTICO .....	420
4.	Súmulas aplicáveis .....	426
4.1	STF .....	426
4.2	STJ .....	427
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	427
<b>CAPÍTULO 8. IMPOSTOS MUNICIPAIS .....</b>		<b>429</b>
1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana .....	429
1.1	Fato gerador .....	429
1.2	Contribuinte .....	432
1.3	Base de cálculo .....	434
1.4	Progressividade .....	434

2.	Imposto sobre a transmissão “ <i>inter vivos</i> ”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição .....	436
2.1	Fato gerador .....	437
2.2	Contribuinte .....	438
2.3	Base de cálculo .....	439
2.4	Imunidade específica do ITBI .....	439
3.	Imposto sobre Serviços .....	442
3.1	Fato gerador .....	442
3.2	Contribuinte .....	445
3.3	Base de cálculo .....	446
3.4	Conflitos entre ISS e ICMS .....	449
3.5	Importação e exportação de serviços .....	451
3.6	O ISS na economia digital - robôs, <i>software as a service</i> e <i>streaming</i> .....	452
4.	QUADRO SINÓTICO .....	455
5.	Súmulas aplicáveis .....	460
5.2	STF .....	460
5.3	STJ .....	460
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	461
<b>CAPÍTULO 9. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>		<b>465</b>
1.	Introdução .....	465
1.1	Leis tributárias .....	466
1.2	Tratados e Convenções Internacionais - o art. 98 do CTN .....	466
1.2.1	Conflito entre tratados e a legislação doméstica (não tributária e tributária) .....	466
1.2.2	Os tratados sobre comércio internacional - GATT e GATS .....	472
1.3	Decretos .....	473
1.4	Normas complementares .....	475
2.	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária .....	478
2.1	Validade, vigência e eficácia .....	478
2.2	Vigência da legislação tributária .....	479
2.2.1	Vigência espacial da legislação tributária .....	480
2.2.2	Vigência temporal da legislação tributária .....	481
2.3	Aplicação da legislação tributária .....	484
2.3.1	Aplicação da legislação tributária aos fatos geradores futuros e pendentes .....	484
2.3.2	Hipóteses de retroatividade da legislação tributária .....	485
2.3.2.1	Retroatividade da lei interpretativa .....	485
2.3.2.2	Retroatividade da lei mais benéfica .....	490
3.	Interpretação e Integração da Legislação Tributária .....	493
3.1	Métodos de interpretação .....	494
3.2	Diferença entre interpretação e integração .....	495
3.3	Integração no direito tributário .....	496
3.4	Legislação tributária e direito privado .....	500
3.5	Consideração econômica do fato gerador e a jurisprudência do STF acerca do art. 110 do CTN .....	503
3.6	O conceito de faturamento e o art. 110 do CTN .....	505

3.7	Interpretação literal .....	507
3.8	Interpretação benigna .....	510
4.	QUADRO SINÓTICO .....	514
5.	Súmulas aplicáveis .....	522
5.1	STF .....	522
5.2	STJ .....	522
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	522
7.	QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS .....	523
<b>CAPÍTULO 10. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR .....</b>		<b>525</b>
1.	Introdução .....	525
2.	Obrigação tributária principal .....	526
3.	Obrigação tributária acessória .....	527
3.1	Função da legislação tributária na criação das obrigações acessórias .....	527
3.2	Caráter positivo ou negativo .....	529
3.3	O interesse na arrecadação e fiscalização de tributos como uma limitação às obrigações acessórias .....	529
3.4	A “conversão” da obrigação acessória em obrigação principal .....	531
3.5	Críticas à expressão “obrigação acessória” - a expressão “deveres instrumentais” como alternativa .....	531
4.	Fato gerador - as concepções sobre a nomenclatura utilizada pelo CTN .....	533
5.	Fato gerador como situação de fato ou situação de direito .....	533
6.	O art. 118 do CTN e o <i>pecunia non olet</i> - tributação de atos ilícitos e interpretação objetiva do fato gerador .....	534
7.	A dissimulação da ocorrência do fato gerador - o parágrafo único do art. 116 como norma geral antielisiva .....	537
8.	Atos ou negócios jurídicos condicionais no fato gerador .....	541
9.	Sujeitos da relação jurídico-tributária .....	542
9.1	Sujeito ativo .....	542
9.2	Sujeito passivo .....	543
9.2.1	Sujeição passiva e convenções particulares .....	544
9.2.2	Solidariedade na sujeição passiva .....	545
9.2.2.1	Espécies de solidariedade tributária - interesse comum e previsão em lei .....	545
9.2.2.2	Efeitos da solidariedade .....	548
9.2.3	Capacidade tributária passiva .....	550
9.2.4	Domicílio tributário .....	551
10.	A Regra-matriz de incidência tributária .....	553
11.	QUADRO SINÓTICO .....	556
12.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	562
<b>CAPÍTULO 11. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>		<b>565</b>
1.	Noções gerais de responsabilidade tributária .....	565
2.	Responsabilidade por substituição e responsabilidade por transferência .....	567
2.1	Responsabilidade por substituição - substituição “para frente” e “para trás” ...	567
2.2	Responsabilidade por transferência .....	568
2.2.1	Responsabilidade dos sucessores .....	569
2.2.1.1	Responsabilidade dos sucessores na aquisição de bens imóveis ...	570



2.2.1.2	Responsabilidade dos sucessores na aquisição de bens móveis	573
2.2.1.3	Responsabilidade dos sucessores <i>causa mortis</i>	574
2.2.1.4	Responsabilidade na sucessão empresarial	576
2.2.1.4.1	Sucessão por fusão, transformação, incorporação ou cisão	576
2.2.1.4.2	A responsabilidade do sócio remanescente na extinção da pessoa jurídica	579
2.2.1.4.3	Responsabilidade pela aquisição de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional	579
2.2.2	Responsabilidade de terceiros	583
2.2.2.1	Responsabilidade de terceiros do art. 134	583
2.2.2.2	Responsabilidade de terceiros do art. 135	585
2.2.3	Responsabilidade por infrações	589
2.2.3.1	Responsabilidade “objetiva” do art. 136 do CTN	589
2.2.3.2	Responsabilidade pessoal do “agente” do art. 137 do CTN	590
3.	Denúncia espontânea	592
3.1	Multas excluídas pela denúncia espontânea	594
3.2	Denúncia espontânea e depósito judicial	594
3.3	Denúncia espontânea e obrigações acessórias (deveres instrumentais)	595
3.4	Denúncia espontânea e parcelamento	596
3.5	Denúncia espontânea e compensação	596
3.6	Denúncia espontânea e tributos sujeitos a lançamento por homologação	597
4.	Responsabilidade autônoma na dissolução regular	599
5.	Responsabilidade tributária e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	600
6.	QUADRO SINÓTICO	602
7.	Súmulas aplicáveis	612
7.2	STJ	612
7.2	CARF	612
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	613
9.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	614
<b>CAPÍTULO 12. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO</b>		<b>617</b>
1.	Conceito do crédito tributário	617
2.	Lançamento	619
2.1	Natureza do lançamento - ato ou procedimento	621
2.2	Eficácia do lançamento - declaratória ou constitutiva	621
2.3	Lançamento e constituição do crédito tributário como atos privativos e atuação do sujeito passivo	623
2.4	Data do fato gerador e data da prática do ato - critérios de aplicação da lei	624
2.5	Alteração do lançamento por provocação do sujeito de ofício ou pelo “recurso de ofício”	627
2.6	A modificação de critério jurídico e o erro de direito no lançamento	629
2.7	Modalidades do lançamento	633
2.7.1	Lançamento de ofício	633
2.7.2	Lançamento por declaração	635
2.7.3	Lançamento por homologação ou “autolancamento”	636

2.8	Revisão de lançamento .....	640
2.9	Arbitramento .....	642
3.	QUADRO SINÓTICO .....	644
4.	Súmulas aplicáveis .....	648
4.1	STJ .....	648
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	649
6.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS .....	650
<b>CAPÍTULO 13. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>		<b>651</b>
1.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos .....	651
2.	O rol das causas de suspensão da exigibilidade e sua taxatividade .....	653
2.1	Moratória .....	654
2.1.1	Moratória em caráter geral .....	656
2.1.2	Moratória em caráter individual .....	657
2.2	Depósito judicial do montante integral .....	660
2.3	Reclamações e recursos administrativos .....	662
2.4	Concessão de medida liminar em mandado de segurança e concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial .....	665
2.5	Parcelamento .....	667
3.	QUADRO SINÓTICO .....	670
4.	Súmulas aplicáveis .....	673
5.	QUESTÃO DE CONCURSO PÚBLICO .....	674
<b>CAPÍTULO 14. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>		<b>675</b>
1.	Extinção do crédito tributário, extinção da obrigação tributária sem crédito tributário e declaração de inexistência de obrigação e crédito .....	675
2.	O rol das modalidades de extinção do crédito tributário .....	677
2.1	Pagamento .....	679
2.1.1	Cumulação de tributo e multa tributária .....	680
2.1.2	Inexistência de presunção de pagamento .....	680
2.1.3	Local do pagamento .....	682
2.1.4	Tempo do pagamento .....	682
2.1.5	Consulta .....	685
2.1.6	Forma de pagamento .....	685
2.1.7	Imputação de pagamento .....	686
2.1.8	Consignação em pagamento .....	688
2.1.9	Pagamento indevido e sua restituição .....	690
2.1.9.1	Restituição de tributos indiretos .....	692
2.1.9.2	Terceiro que paga tributo por obrigação contratual e repetição do indébito .....	696
2.1.9.3	Restituição e incidência de juros .....	697
2.1.9.4	Prazos para restituição .....	701
2.1.9.5	Prazo da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição .....	706
2.2	Compensação .....	708
2.2.1	Compensação Tributária e Compensação no Direito Civil .....	710
2.2.2	Compensação Tributária na Esfera Federal .....	710
2.2.3	Compensação Tributária e Precatórios .....	715

2.2.4	Trânsito em Julgado da Ação que Reconhece o Pagamento Indevido .....	717
2.3	Transação .....	719
2.3.1	A transação tributária e o negócio jurídico processual .....	722
2.3.2	Transação de créditos tributários e a indisponibilidade do interesse público .....	722
2.3.3	Transação na esfera federal .....	723
2.4	Remissão .....	728
2.5	Conversão do depósito em renda .....	732
2.6	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º .....	732
2.7	Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164 .....	733
2.8	Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória .....	736
2.9	Decisão judicial passada em julgado .....	738
2.10	Dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei ....	739
3.	QUADRO SINÓTICO .....	740
4.	Súmulas aplicáveis .....	753
4.1	STF .....	753
4.2	STJ .....	753
4.3	CARF .....	754
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	754
6.	QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS .....	755
<b>CAPÍTULO 15. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO .....</b>		<b>757</b>
1.	Decadência e Prescrição .....	757
2.	Decadência .....	758
2.1	As regras de contagem do prazo decadencial previstas no art. 173 do CTN .....	760
2.2	Regra de contagem do prazo decadencial prevista no art. 150, § 4º do CTN .....	772
2.3	Lançamento preventivo da decadência e a “suspensão fática” do prazo decadencial ....	773
3.	Prescrição .....	775
3.1	Termo inicial da contagem da prescrição .....	777
3.1.1	Termo inicial do prazo prescricional nos tributos sujeitos a lançamento de ofício e por declaração .....	777
3.1.2	Termo inicial do prazo prescricional nos tributos sujeitos a lançamento por homologação .....	779
3.2	Suspensão e interrupção da prescrição .....	781
3.2.1	Suspensão da prescrição .....	782
3.2.2	Causas de interrupção da prescrição para a cobrança do crédito tributário ....	783
3.3	Prescrição intercorrente .....	790
3.3.1	Prescrição intercorrente no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais .....	791
3.3.2	Prescrição para o redirecionamento .....	797
4.	QUADRO SINÓTICO .....	799
5.	Súmulas aplicáveis .....	809
5.2	STF .....	809
5.3	STJ .....	809
5.4	CARF .....	810
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	810
7.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS .....	812

<b>CAPÍTULO 16. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>813</b>
1. Introdução .....	813
2. Isenção .....	814
2.1 Natureza jurídica da isenção .....	814
2.2 Disciplina da isenção no CTN .....	815
2.3 Interpretação jurisprudencial da isenção do art. 7º, XIV da Lei 7.713/1988 .....	818
3. Anistia .....	820
4. QUADRO SINÓTICO .....	824
5. Súmulas aplicáveis .....	827
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	827
<b>CAPÍTULO 17. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>829</b>
1. Conceitos introdutórios .....	829
2. Garantias do crédito tributário .....	830
2.1 Fraude à execução tributária .....	831
2.2 Indisponibilidade de bens e direitos .....	833
2.2.1 A “penhora online” do CPC não se confunde com a indisponibilidade de bens e direitos do art. 185-A do CTN .....	836
2.2.2 Medida cautelar fiscal e indisponibilidade de bens e direitos do CTN ....	838
2.3 Reserva de bens suficientes nos processos de falência e recuperação judicial .....	839
2.4 Garantia de quitação de tributos para a extinção das obrigações do falido .....	840
2.4.1 A “prova de quitação de todos os tributos” e a “certidão positiva com efeitos de negativa” .....	842
2.4.2 Encerramento da falência e ausência de bens: a extinção da execução fiscal sem a imediata extinção da dívida tributária .....	844
2.5 Garantia de quitação de todos os tributos para a concessão de recuperação judicial .....	846
2.6 Quitação de tributos relativos ao espólio para que seja proferida sentença de partilha ou adjudicação .....	851
2.7 Quitação de tributos para participação em concorrência pública e celebração de contratos com o Poder Público .....	854
3. Privilégios do crédito tributário .....	855
3.1 Preferências do crédito tributário .....	858
3.2 Não sujeição do crédito tributário ao concurso (formal) de credores .....	861
3.3 Concurso de preferência entre os entes tributantes .....	864
3.4 Preferência do crédito tributário na sucessão da pessoa física e na liquidação da pessoa jurídica .....	865
4. QUADRO SINÓTICO .....	868
5. Súmulas aplicáveis .....	881
5.1 STF .....	881
5.2 STJ .....	881
5.3 TCU .....	881
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	881
7. QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS .....	882
<b>CAPÍTULO 18. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>883</b>
1. Panorama constitucional e amplitude da administração tributária no CTN .....	883
2. Fiscalização .....	884

2.1	Poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização .....	885
2.2	Formalização do início do procedimento de fiscalização .....	888
2.3	Terceiros obrigados a prestar informações à autoridade fiscal .....	890
2.4	Vedação ao Fisco da divulgação das informações obtidas sobre a situação econômica do sujeito passivo .....	892
2.5	Possibilidade de divulgação de informações obtidas pela administração tributária ....	894
2.5.1	Representação fiscal para fins penais .....	895
2.5.2	Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda pública .....	896
2.6	Cooperação interna e internacional entre administrações tributárias .....	898
3.	Dívida Ativa .....	900
3.1	Presunção de liquidez e certeza .....	902
3.2	Requisitos do termo de inscrição e da certidão de dívida ativa (CDA) .....	904
3.3	Substituição da CDA e devolução do prazo para defesa .....	905
4.	Certidões .....	906
4.1	Certidão negativa .....	909
4.2	Certidão positiva com efeitos de negativa .....	910
5.	QUADRO SINÓTICO .....	912
6.	Súmulas aplicáveis .....	920
6.2	STF .....	920
6.3	STJ .....	921
6.4	CARF .....	921
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	921
8.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS .....	922
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>923</b>